



A TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O POVO GUARANI MBYÁ: a colonialidade do poder e a legitimação cultural.

Cynthia Franceska Cardoso¹

Bruno Simões Gonçalves²

RESUMO

O presente artigo é uma breve reflexão sobre a implementação do Programa Bolsa Família em um conjunto de quatro aldeia guaranis no Estado de São Paulo. A partir da categoria *Colonialidade do Poder* e da sua profunda influência na política indigenista do Estado brasileiro é possível traçar uma linha de continuidade entre as tradicionais políticas integracionistas para o indígena e as atuais políticas de transferência de renda. Porém, é possível também, que estas mesmas políticas sejam impulsionadoras de uma ruptura com essa lógica, promovendo a diversidade cultural e a auto-determinação dos povos indígenas. O artigo busca apontar caminhos nessa direção.

Palavras-chave: Colonialidade do Poder, Transferência de renda, Povos Indígenas.

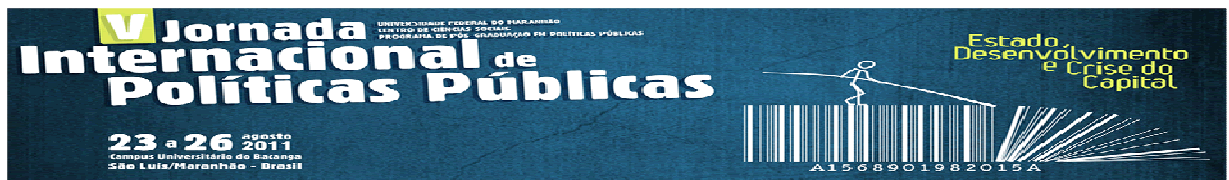
ABSTRACT

This article is a brief reflection on the implementation of Bolsa Família in a set of four village Guarani in São Paulo. From the category coloniality of power and his profound influence on Indian policy of the Brazilian state we can trace a line of continuity between traditional integrationist policies for the indigenous and the current policies of income transfer. But it is also possible that these same policies are driving a break with this logic, promoting cultural diversity and self-determination of indigenous peoples. The article seeks to identify ways in that direction.

Keywords: Coloniality of power, transfer of rent, Indigenous Peoples.

¹ Estudante de Pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) thynca@gmail.com

² Estudante de Pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) brunosim7@yahoo.com.br



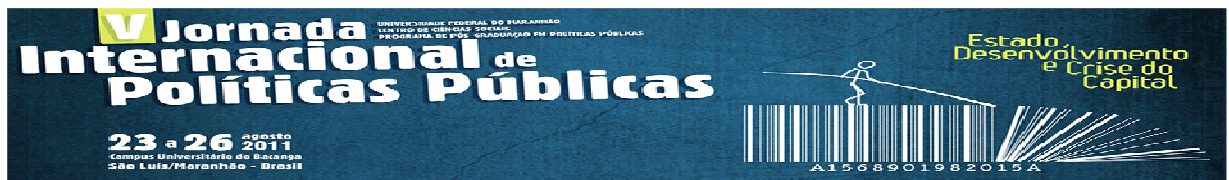
I – INTRODUÇÃO

A colonização do continente americano foi o início de uma nova fase da história da humanidade. A partir do séc. XVI inaugura-se o padrão de poder que irá ao longo dos próximos cinco séculos se configurar como a estrutura dinâmica do sistema mundo capitalista. É a *Colonialidade do Poder*. Padrão que serve como mediação nas relações sociais vigentes no continente a partir de sua colonização, a Colonialidade do Poder vem até hoje regendo o movimento de dominação do capitalismo mundial. Foi a partir da dominação das Américas e da acumulação oriunda do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços somado à exploração de inúmeros recursos naturais do continente - ouro e a prata principalmente – foi possível o empreendimento de dominação de rotas de comércio e tráfico em todo planeta. A partir da invasão da América, nascia o capitalismo mundial.

II – COLONIALIDADE DO PODER E IDENTIDADE INDÍGENA

Assim, podemos afirmar que a Colonialidade do Poder foi a mediação social que tornou possível a configuração geopolítica do mundo atual. Essa capacidade de penetração e permanência da Colonialidade do Poder em nossa vida social passada e presente só se tornou possível a partir de seus dois feixes estruturantes: o racismo e o controle de trabalho pelo capital.

O racismo é a classificação social da população segundo suas características fenotípicas que dão base ao conceito de *raça*. Apoiados em um conjunto de teorias científicas apropriadas justamente para fins de dominação e exploração, a ideia de *raça* serviu para criar critérios que indicavam o lugar dos indivíduos na sociedade colonial segundo sua posição na hierarquia racial. Constituídas a partir de uma perspectiva



eurocêntrica, o racismo tem como objetivo criar uma classificação social que justifique o padrão de dominação próprio da Colonialidade do Poder. Segundo Quijano, essa classificação pode ser descrita como:

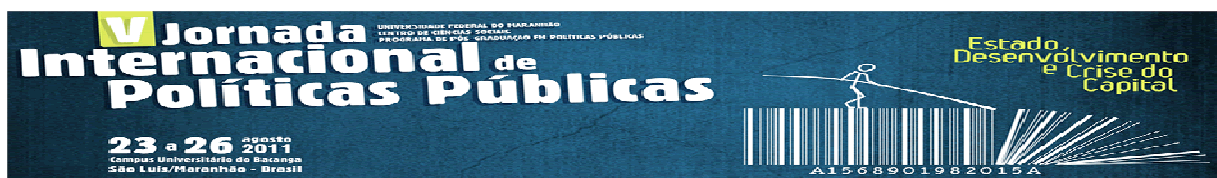
“a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia”.

Assim, realizada a classificação social com base na *raça* criou-se a estrutura hierárquica necessária para o controle do trabalho pelo capital. Voltados para produção de mercadorias para o mercado global que se formava os diferentes modos de associação para o trabalho que historicamente eram praticados pelos povos originários passam a participar de uma nova configuração de controle da produção/distribuição dos bens. Para cada *raça*, uma forma de trabalho. Como forma de controle do capital na Colonialidade do poder foi imposta a divisão racial do trabalho:

“...cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem sucedido. Ou seja, em torno do eixo do capital e do mercado mundial foram reorganizados os diferentes modos de produção existente e também os povos dominados”.

Estima-se que em 1500 viviam cerca de dez milhões de pessoas no território onde hoje é o Brasil. Pertencentes a 600 povos diferentes, com organização social, trajetória histórica e cosmovisão próprias. Em sua grande maioria, esses povos viviam da caça, pesca, coleta e agricultura básica, não produzindo excedentes econômicos em classes diferenciadas. Ou seja, eram povos igualitários.

Porém, essa enorme multiculturalidade existente entre os povos originários do continente não foi assim identificada pelos europeus que, ao pensando chegar às Índias quando aqui aportaram, usaram o genérico termo *índios* para se referir à *raça* dos inúmeros povos que aqui viviam. Foi encarando a tudo e a todos como mercadoria passíveis de comercialização que o europeu chegou à costa brasileira e organizou seu sistema de exploração. Foi a partir dessa dinâmica de dominação que vieram se formando as três perspectivas sociais sobre os povos indígenas.



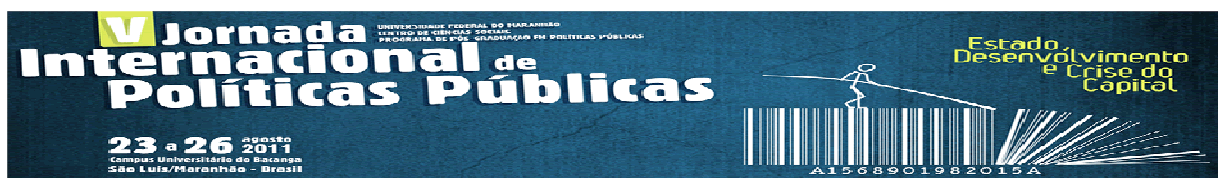
A primeira diz respeito ao índio *manso* e aliado do processo de colonização e territorialização do sistema mundo moderno no Brasil. É o índio protetor das florestas, ingênuo e incapaz de compreender a sociedade envolvente e que aceita com docilidade as novas formas de trabalho, a servidão subserviente e o processo de mestiçagem. Criada por cronistas e intelectuais desde 1500 é a visão que fundamenta toda postura paternalista e tutelar do Estado que institucionaliza essas práticas com a criação do SPI em 1910 e atualmente através da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI.

A segunda visão é aquela que aponta o indígena como *bárbaro* e selvagem, incapaz de se adaptar à sociedade moderna e, portanto um empecilho ao pleno desenvolvimento econômico da nação. Surgida, também, na época colonial pelos portugueses que queriam ver os índios extintos para se expropriar de suas terras. Como são igualitários e não formam excedentes, os povos indígenas são inadaptaáveis ao mundo “civilizado”. Essa visão fundamenta até hoje todo tipo de violência contra os indígenas, a tomada de suas terras e o descaso com casos extremos de violação de seus direitos.

Porém, o contato entre os colonizadores e os povos originários não pode ser reduzidos ao binômio extermínio/mestiçagem, ou seja, baseado somente no olhar constituído pelos dominadores. Alianças entre múltiplos povos, episódios de messianismo religioso, surgimento de lideranças indígenas, revoltas populares diferentes modos de resistência via hibridismos culturais nos mostram que desde o início da invasão os indígenas usaram de seu dinamismo próprio e criatividade para forjar modos identitários em contraste com os não indígenas. Nos dias de hoje, essa visão se apóia em uma compreensão dos povos indígenas dentro do marco legal da cidadania e dos direitos humanos. Explica Gersem Baniwa:

“O reconhecimento da cidadania indígena brasileira e, conseqüentemente, a valorização das culturas indígenas possibilitaram uma nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil. Ser índio transformou-se em sinônimo de orgulho identitário. Ser índio passou de uma generalidade social para uma expressão sociocultural importante do país. Ser índio não está mais associado a um estágio de vida, mas à qualidade, à riqueza e à espiritualidade de vida. Ser tratado como sujeito de direito na sociedade é um marco na história indígena brasileira, propulsor de muitas conquistas políticas, culturais, econômicas e sociais”.

É no sentido dessa construção identitária plural que reconhece as especificidades e a contribuição fundamental dos diferentes modos de vida indígenas no processo



histórico brasileiro e na busca da superação de sua condição de subalternidade que devem ser elaboradas e avaliadas as políticas públicas voltadas a essas populações

III - A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL E A TRANSFERÊNCIA DE RENDA AOS INDÍGENAS

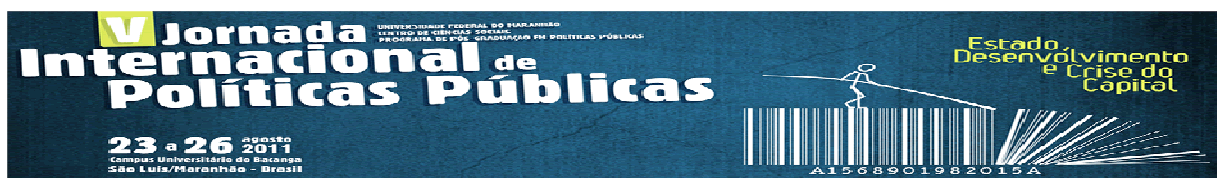
As Políticas Públicas Sociais voltadas aos índios do Brasil surgiram a partir da criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910, sob a direção do Marechal Cândido Mariano Rondon. Fundamentado numa postura paternalista tutelar do Estado, o SPI foi desenvolvido num paradigma evolucionista e positivista do início do século XX que tinha por missão integrar os povos indígenas no interior da divisão racial do trabalho.. órgão responsável por mediar as relações índio-Estado-sociedade nacional, o SPI era responsável por administrar a incorporação de indivíduos portadores de uma indianeidade genérica (estágio intermediário de evolução) às formas sociais “civilizadas”. Com o SPI se incrementava ainda mais o aparato de enquadramento e disciplinarização para o chamado índio *manso*.

Em 1968, em substituição ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), subordinada ao Ministério da Justiça como organismo responsável por promover a Seguridade Social, a educação e a questão da terra dos povos indígenas brasileiros.³ Mais burocratizada e assimilacionista que o SPI, o órgão dá continuidade modelo desenvolvimentista de relação com o indígena. A partir de 1993, ocorre a divisão de ações da FUNAI com a FNS - Fundação Nacional de Saúde - transferindo as responsabilidades da saúde para a FNS, e ficando a cargo da FUNAI a questão da terra e a articulação com os demais Ministérios e Políticas Sociais. É nesse momento que os povos indígenas são incluídos nos Programas da Seguridade Social e da Educação, os quais são responsáveis, algumas vezes, pela transferência de renda.

Segundo dados da FUNAI de 2010, a principal característica da população indígena no Brasil é a que diz respeito a sua enorme diversidade. Trata-se de aproximadamente 220 povos que se expressam em 180 línguas, e estão dispersos em 580 locais - terras indígenas - distribuídos por todo o território nacional.⁴

³ www.funai.gov.br

⁴ Segundo, a FUNAI esta população é formada por 445 mil pessoas, vivendo em 3.726 aldeias indígenas, 24 Estados e 379 municípios.



Os dados permitem uma estimativa da heterogeneidade da situação, constituída por populações que vivem nas mais variadas condições de sobrevivência, desde o trabalho em fazendas até os que habitam em florestas e regiões de difícil acesso, trabalhando apenas com agricultura de subsistência, caça e pesca, em situação de significativo isolamento.

O povo em foco neste artigo é o Guarani Mbyá falante da língua Guarani, pertencente ao tronco lingüístico Tupi e à família lingüística Tupi-Guarani ⁵. No Brasil, os Guarani são divididos em três subgrupos: Mbyá (principalmente litoral e interior dos estados do sul e do sudeste), *Chiripa* ou *Ñandeva* (interior e litoral sul e sudeste) e *Kayova* (principalmente no Mato Grosso do Sul). ⁶

Uma das características primárias desta população é a questão da migração Guarani, nos deslocamentos que se iniciaram antes do século XVI. Originalmente vieram das bacias amazônicas, com as dispersões territoriais dos grupos Tupi, por um grande aumento demográfico há mais de 2000 anos e a partir de motivação de fundo religioso, a busca da *terra sem males*.

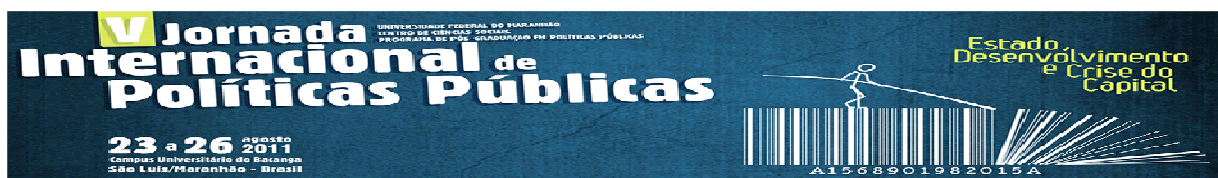
Esses grupos, que passaram então a ocupar a Mata Atlântica do Alto Paraná, parte do Vale do Ribeira, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, tendo o Oceano Atlântico como fronteira natural, são os únicos a manterem deslocamentos em direção à região litorânea, à procura de terras na Mata Atlântica, componente intrínseco a sua cultura. Esse nomadismo do povo Guarani Mbyá acaba dificultando a demarcação de suas terras, e, por conseguinte o acesso às Políticas diferenciadas, uma vez que o mesmo só é garantido mediante a terra reconhecida.

A presente pesquisa foi realizada com o povo Guarani Mbyá localizado no Vale do Ribeira, região sudeste do estado de São Paulo, onde há forte predominância da Mata Atlântica, com aproximadamente 14 aldeias. São objetos de análise quatro dessas aldeias, nas quais vivem 64 famílias, totalizando aproximadamente 300 pessoas.

A partir da pesquisa constatou-se que o Programa de Transferência de Renda mais acessado em todas as aldeias é o Bolsa Família, seguido de outros Programas da

⁵ -No que diz respeito às línguas indígenas no Brasil, por sua vez, há dois grandes troncos - Tupi e Macro Jê - e 19 famílias lingüísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos. In: www.institutosocioambiental.org.br.

⁶ - www.trabalhoindigenista.org.br



Seguridade Social e da Educação, como Aposentadoria Rural, Benefício de Prestação Continuada e o Ação Jovem.

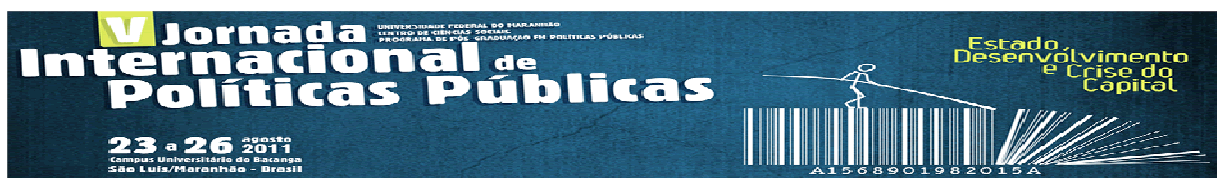
No presente artigo nos deteremos na análise do Programa Bolsa Família desenvolvido a partir do Programa Fome Zero do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, também, das suas condicionalidades na influência da cultura Guarani Mbyá. Não entraremos aqui no mérito da evolução dos Programas de Garantia de Renda Mínima que surgiram na década de 90 e passaram por reformulações ao longo dos anos, resultando no atual Bolsa Família.

De acordo com Maria Ozanira da Silva e Silva, foram colocados como objetivo desse Programa, a elevação do padrão alimentar, de escolaridade, de saúde e de autonomização das famílias atendidas. E é em torno desses objetivos que a análise do artigo, no que tange a influência de Programas de Transferência de Renda sobre a cultura Guarani Mbyá, repousa, e ainda, procura verificar se as condicionalidades estabelecidas para o acesso a renda estão articuladas com as demais Políticas da Educação e da Saúde.

Das 64 famílias estudadas, 80% acessam o Bolsa Família, porém não são assistidas por outros Programas que não sejam ligados a Educação e a Saúde, como por exemplo, o Carteira Indígena – Programa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome que não é divulgado nas aldeias, o que nos remete a mais uma proposição de Maria Ozanira da Silva e Silva quanto a necessidade de articulação da rede de serviços sociais, suficiente e adequada para atender as necessidades básicas dos seus beneficiários, uma administração municipal, técnica e materialmente, capaz de assumir suas atribuições para o legitimo funcionamento das Políticas de Proteção Social.

O ponto crucial da análise dos Programas Sociais que transferem renda à população indígena, nesse caso o Bolsa Família, é a não articulação com os demais Programas existentes que implica no não alcance do objetivo do programa, que é de solucionar um problema emergencial de miséria, visando a emancipação humana. Como afirma Maria Ozanira:

“Além da instituição de uma transferência monetária, implicam e demandam a expansão e democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade que, uma vez disponíveis, seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade. O que deve ser desenvolvido são ações educativas, de orientação, encaminhamento e



acompanhamento das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis”.

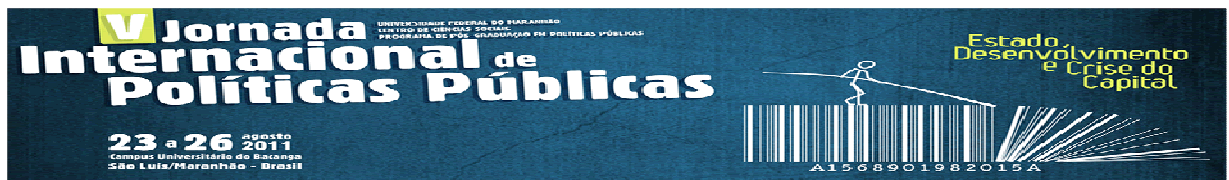
A renda proveniente do Bolsa Família das aldeias é utilizada para a compra de alimentos, sem a qual não teria como comprá-los, e para a aquisição de aparelhos eletrônicos, como aparelho celulares. Entretanto, por não estar articulado com outros serviços sociais não há perspectiva de melhoria efetiva da qualidade de vida da população beneficiária. É uma renda isolada – não articulada –, apesar de estar ligada às condicionalidades de frequência escolar e acompanhamento médico, não ultrapassa essas determinantes. Não há orientação quanto ao planejamento familiar dos beneficiários do Programa, no sentido de promover o acesso qualitativo. Desse modo, o acesso quantitativo é o que prevalece, pois não prevê a articulação necessária com outros Programas.

IV - CONCLUSÃO

Embora o Programa Bolsa Família proporcione uma renda mínima às famílias Guarani possibilita a preservação cultural, através da sua própria subsistência. Não dá, acreditamos, o apoio necessário a almejada emancipação humana para o alcance de uma vida digna. O mérito da preservação cultural é do povo Guarani Mbyá que secularmente tem a sua peculiar resistência no modo de vida e o fazem a qualquer custo.

E diante desse quadro de resistência cultural podemos compreender que as Políticas Sociais brasileiras e as indigenistas de proteção ao índio atuam no sentido de impedir, ou ao menos dificultar, o processo de superação das fragilidades de suas comunidades frente ao poder estatal. É nesse espaço que se constrói a identidade coletiva imprescindível para a formação de um ator político, resistente, perpetuador de sua cultura. Primeiramente é preciso reconhecer o caráter eminentemente social da propriedade da terra e admitir que o uso coletivo do território concretiza as condições para sua autodeterminação.

Já com relação aos Programas de Transferência de renda, realizados isoladamente podem acabar por perpetuar a condição de dominação sob a qual estão submetidos os povos guarani. A maneira como é acessado o Bolsa Família pelo povo Guarani Mbyá, descumpra as legislações, as quais propõem, contrariamente, acesso



qualitativo para que se respeite a cultura dos povos indígenas. Porém, isto não ocorre, já que não são levados em conta na execução dessa política suas influências no modo de vida guarani.

Assim, podemos perceber uma dualidade inerente na Política. Por um lado, se efetivada de forma isolada, tem relevância meramente quantitativa o que alimenta o paradigma integracionista próprio da Colonialidade do Poder, na medida em que mantém os povos indígenas sob o jugo da miséria e da impossibilidade de reprodução do seu modo de vida. Por outro lado, se realizado de maneira interligada com outros programas que respeitem a especificidade dos povos indígenas, pode ser o auxílio necessário para o acesso e participação em políticas indigenistas que busquem a superação da tutela e da dominação na relação entre Estado e povos indígenas.

Bibliografia:

CASTRO, Viveiros de. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é.**(entrevista à equipe de edição). In: Povos Indígenas do Brasil 2000-2005. Editores gerais: Beto Ricardo e Frany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental, 2006.

GOMES, M. P. **O caminho brasileiro para cidadania indígena.** In: Pinsky: Jaime (org). História da Cidadania. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível:<http://www.pdfli.com/50905/-o-caminho-brasileiro-para-a-cidadaniaindigena>.

IVO, A.B.L. **A Reconversão da Questão Social e a Retórica da Pobreza no anos 1990.** In: A Pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global/ coordenado por Alberto Cimadomore; Dean Harley Y Jorge Siqueira – 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.

LADEIRA, M.I. **“Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso”.** Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001.

LUCIANO, G. S. – Baniwa. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, alfabetização Continuada: LACED/Museu Nacional, 2006. Coleção Educação Para Todos - 12.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

_____. **Colonialidade do Poder e classificação racial.** In: Epistemologias do Sul. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (orgs). Cortez. São Paulo-SP.

DA SILVA E SILVA, M.O. **A trajetória dos Programas de Transferência de Renda e os Desafios Atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação.** In: Pensar BH/Política Social, 2006.

V Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

23 e 26 agosto
2011
Campus Universitário do Bacanga
São Luís/Maranhão - Brasil

